

Projeto: Acesso das famílias de mulheres presas ao Programa Bolsa Família no Distrito Federal

Coordenação: Debora Diniz

Instituições: Universidade de Brasília (UnB) e Anis -
Instituto de bioética, gênero e direitos humanos

Objetivo central

- Realizar diagnóstico sobre o acesso ao Cadastro Único das famílias das mulheres presas no Presídio Feminino do Distrito Federal (PFDF).

Desenvolvimento metodológico proposto

- Quantitativo: pontuar o número de mulheres que recebiam o PBF e/ou estavam cadastrada no CadÚnico na Penitenciária Feminina do Distrito Federal;
- Qualitativa: conhecer as estratégias das famílias para reorganizar as rotinas após a prisão da mulher, especialmente para acessar políticas sociais.

Recursos disponibilizados

- 3 bolsas:
- DTI A - Seis meses
- DTI B - doze meses
- DTI C - doze meses

Equipe do projeto

- 3 pesquisadores bolsistas (um doutor, um mestre e um graduado);
- 3 pesquisadores voluntários (uma doutoranda, duas graduandas).

Estratégia quantitativa

- Ponto 1: Atualizar as mulher presas e sentenciadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF).

Partimos de um levantamento realizado em um projeto anterior (finalizado em 2012)

Dificuldades:

- os dados do sistema prisional brasileiro não são de fácil acesso;
- Os dados na PFDF não estavam digitalizados;
- Nem todas as mulheres sentenciadas apresentavam dados pessoais, como CPF, RG e nome da mãe (informações bastante confusas na PFDF).

- Pensávamos que, com essas informações, poderíamos realizar um cruzamento com os dados do CadÚnico, da folha de pagamento do PBF ao longo dos anos, com as informações de suspensões e desligamentos e com o Formulário Suplementar 01 (acesso à programas e políticas).

Estratégia quantitativa

- Ponto 2: Acessar os dados do Cadastro Único do Distrito Federal, PBF e F.01.

- Dificuldades: três documentos enviados.

Dados disponibilizados: (i) dados do CadÚnico; (ii) folha de pagamento PBF um mês - novembro de 2014.

(iii) F.01; (ii) desligamentos e suspensões: maio de 2015.

- Realizamos um primeiro cruzamento dos dados do CadÚnico com os dados da PFDF. Percebemos que não seria possível obtermos as informações sobre benefícios sociais das mulheres presas e suas famílias, visto a incompletude dos dados do F.01;
- Optamos por realizar uma segunda estratégia de coleta de dados: voltar para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (sem equipe constituída e no final do projeto) e aplicar um novo questionário com algumas das mulheres presas.

Projeto localizado

- Nosso objetivo principal é compreender como as pessoas se organizam: falamos sobre “concepções nativas” e sobre “formas de organização”;
- Temos a pretensão de falar de um grupo que é marginalizado: não se sabe nem mesmo o que acontece na prisão (que é um órgão do Estado), e isso piora quando pensamos nas famílias dessas mulheres presas;
- Existem particularidade e similaridade entre essas famílias e outras: era nosso dever (re)conhecer.

Argumento central

- Para elaborar ou executar uma política pública, principalmente quando se trata de um “grupo específico”, é necessário conhecer a população.
- Existem algumas formas particulares de relação e vivência das famílias de mulheres presas, que são cortadas por processos sociais globais e específicos, que precisam ser conhecidos/reconhecidos pelos gestores e agentes das políticas;
- O papel do projeto neste momento é apresentar, de certa forma, algumas das maneiras como essas pessoas circulam e se movimento pelas políticas públicas.

O que sabíamos?

- Que uma em cada quatro mulheres presas na PFDF tem um histórico no sistema punitivo/repressivo: já passaram por instituições para menores.
- São mulheres jovens (51% têm menos de 30 anos), pretas e pardas (67%), pouco escolarizadas (71% com ensino fundamental incompleto ou menos que o fundamental), trabalhadoras domésticas e informais (70%) ou desempregadas (18%), com pelo menos um filho (80%) e com companheiros presos (52%), e envolvidas com infrações relacionadas ao tráfico de entorpecentes (69%). Das mulheres com menos de 30 anos, 52% estudaram apenas até o ensino fundamental, ou seja, têm, em média, menos de 7 anos de estudo.

- Que 55 famílias no DF se declararam como “famílias de presos do sistema carcerário” (dado recebido em maio de 2015).
- Apenas 2 dessas famílias são das mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

E sobre as famílias das
mulheres presas?

Dados utilizados

- Sete meses de observação participante nos dias de visita na Penitenciária Feminina do Distrito Federal.
- Vinte entrevistas semiestruturadas com famílias de mulheres presas.

Dias de visita

- Puxar cadeia: todos estão envolvidos.
- Aprende-se a puxar cadeia, especialmente nos dias de visita: o que vestir, como se comportar, o que levar, com quem conversar, em quem confiar.
- Trocas: troca-se dinheiro, alimentos, roupas, histórias e afetos nos dias de visita;
- Troca-se experiências de frustração e fracasso com as políticas públicas e com os advogados.
- Os dias de visita estabelecem laços entre as mulheres que visitam;
- As redes de solidariedade vividas nas quintas-feiras auxilia na superação de imprevistos cotidianos.

Dias de visita

- Cenário ideal: as mulheres podiam falar sobre a prisão e sobre a presa;
- Proximidade: as famílias estavam protegidas pela cadeia;
- Os muros da prisão também protegem essas famílias das mazelas da vida cotidiana.

Entrevistas

○ Família:

Mãe e agregados: filhos, netos, filhos de parentes, sobrinhos, companheiros de conhecidas, etc.

Cada um contribui como pode: geralmente é a mãe a responsável pelo “básico”. Os demais contribuem com dinheiro ou com produtos para o dia a dia.

- Crianças e adolescentes circulam: depois da prisão da mulher, os filhos ficam geralmente com a avó ou outros familiar/conhecido.
- A guarda não deve ser formalizada: isso significaria uma quebra do laço entre a família e a presa – o filho é da presa e a mãe está apenas “ajudando”.
- A exigência legal da guarda por parte das políticas públicas causa um grande “cansaço” para essas famílias – ter a guarda, mais uma vez, significa um rompimento de laço.

○ Acesso à políticas públicas:

“Eu não falo que puxo cadeia, imagina, eles nem olham pra gente direito, se eu falar piora. Tem preconceito sim”

Os sujeitos circulam por ações do Estado, especialmente enviados pelo Serviço Social da PFDF. Mas não se identificam como familiares de presos

O CRAS aparece como um ponto de referência, especialmente para o Bolsa Família. Da mesma forma que é lembrado, é bastante criticado: “não conseguimos nunca nada lá”.

- As famílias relatam sempre acesso a algumas políticas públicas locais e nacionais – entretanto, não pontuam diferenças entre elas. As políticas de distribuição de renda são vistas como uma “ajuda”: “quando ganhei esse dinheiro na época do ‘fulano’ me ajudou muito”.

- Cansaço e o dia a dia:
- Gestão das finanças da família: como fazer para dar conta de todas as tarefas e dos gastos.
- Gestão das crianças: como cuidar dos filhos da filha presa – abandono do emprego e “luta” para a obtenção de recursos.

“Mas cabe mais uma vez ressaltar: a mãe, mesmo presa, continua com certa gestão sobre o filho. Não é objetivo da família ter a guarda formal do filho. A realização deste procedimento é visto como última alternativa e apenas para fins de garantia dos benefícios sociais – e quando vale a pena em termos financeiros (como o Auxílio Reclusão). No caso do Programa Bolsa Família, o montante financeiro não é considerado significativo para que todos os procedimentos de guarda (e o que isso significa simbolicamente) seja realizado. Dessa forma, muitas vezes, os filhos não conseguem ser inseridos como dependentes em Cadastros Únicos (CadÚnico) já existentes, no caso, o da nova cuidadora”.

- Cansaço e Estado:
- Informações vindas do presídio - Serviço Social
- “Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) são constantemente acionados pelos interlocutores dessa pesquisa como um dos locais para a busca por benefícios socioassistenciais. As narrativas sobre as buscas pelo CRAS são carregadas de “cansaço”: “eu fui lá mas não consegui, tive que voltar várias vezes, nunca dá certo”, diz uma das mulheres entrevistada”.

- Vários eventos apresentados acima alimentam as “narrativas do cansaço” das famílias das mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). “Estar cansada” é uma das formas das mulheres com quem os pesquisadores conversaram (nos dias de visita e nas entrevistas) falarem sobre suas rotinas, suas tentativas e seus insucessos. É uma expressão que fala sobre os inúmeros caminhos que foram percorridos em busca, neste caso, das políticas socioassistenciais e de redistribuição de renda, mas que não foram obtidos êxitos.

O cansaço das famílias das mulheres presas no Distrito Federal também nos revela as formas de organização dessa população. Poderíamos dizer que as histórias contadas sobre o cansaço torna as famílias ainda mais vulneráveis. O cansaço nos fala sobre das inúmeras dificuldades encontradas pelas mulheres que cuidam de suas familiares presas. É importante mais uma vez salientar que essas mulheres estão marcadas por outros processos sociais igualmente excludentes: são mulheres, em geral negras e pobres e, além do mais, “puxam cadeia” com suas familiares. O cansaço é mais um fator de vulnerabilidade dessas famílias e precisa ser levado em consideração na elaboração de políticas públicas.